RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Terca-Feira, 17 de Novembro de 2026

Max defende retirada de moradores da região da Rodoviária de Cuiabá

Área dos eucaliptos

Redação

O governador em exercício, Max Russi (Podemos), defendeu que o Estado intervenha para desocupar a região dos Eucaliptos, no entorno da Rodoviária de Cuiabá, caso as tentativas de encaminhar voluntariamente as pessoas que vivem no local não avancem. A Defensoria Pública acompanha a situação e afirma que a retirada compulsória é proibida por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

“A primeira forma é convidando. Acho que ninguém pode chegar forçando ninguém”, disse Max, ao citar a oferta de passagens para quem quiser voltar à cidade de origem e a possibilidade de reaproximação com familiares. Questionado sobre a permanência das pessoas na área, ele defendeu uma atuação mais firme do governo. “Não encontrando uma solução, o Estado precisa atuar. Precisa atuar, precisa ser rígido, precisa se fazer presente.”

O terreno pertence ao Estado e, em outubro, a Secretaria de Infraestrutura e Logística (Sinfra) autorizou a demolição de estruturas, a limpeza e o cercamento da área. A Defensoria e equipes da assistência social identificaram 41 pessoas vivendo no local. Das 26 que aceitaram responder ao levantamento, dez pediram encaminhamento para unidades de acolhimento e duas manifestaram interesse em receber passagens para retornar às cidades de origem.

A oferta de passagens é uma das alternativas discutidas após a Assembleia Legislativa aprovar, em segunda votação, o projeto que cria o Programa de Volta para Casa. A proposta, de autoria do deputado Fabinho Tardin (Podemos), prevê auxílio financeiro para pessoas em situação de rua e de vulnerabilidade social que desejem retornar voluntariamente às cidades ou aos estados de origem. O texto segue para sanção do governador Otaviano Pivetta (Republicanos).

Max também defendeu que o Estado e a Prefeitura de Cuiabá montem equipes para acompanhar cada caso. Segundo ele, há pessoas que precisam de atendimento psicológico e assistência continuada para recompor vínculos familiares e sociais. “Às vezes, não é a habitação que resolve esse problema”, afirmou.

A Defensoria cita decisão do STF de 2023 que proibiu a remoção compulsória de pessoas em situação de rua e determinou que estados e municípios adotassem medidas de assistência e proteção a essa população.